

SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: UM ESTUDO NA EMPRESA FLORESTAL DE ALIMENTOS S.A. EM LAJEADO-RS

Giovana Beatriz Schossler¹ e Valdir Jose Morigi²

RESUMO: Este estudo parte do pressuposto de que há a necessidade de mudanças nos modelos de vida e nas formas de produção e reprodução dos padrões de consumo ancorados na exploração dos recursos naturais. Também compreende que, para uma transformação dos atuais padrões de vida, é preciso propor ações envolvendo diversos setores sociais, entre eles o setor empresarial, por desempenhar papel fundamental na cadeia produtiva e poder contribuir para amenizar os impactos da ação humana no ambiente. A Florestal Alimentos S.A., de Lajeado, por ser reconhecida em função de suas práticas ambientais, apresenta-se como objeto de estudo ao buscar-se compreender como elas foram implantadas. Além disso, a pesquisa realizada na empresa permite identificar como essa organização descarta os resíduos decorrentes das suas atividades. Como resultados observa-se que alguns elementos são indicadores do aprimoramento da responsabilidade socioambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade. Responsabilidade socioambiental. Gestão ambiental.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo trata da problemática ambiental da atualidade, a qual teve origem no século passado e, desde então, tem desencadeado movimentos sociais com o propósito de repensar os modos de produção, de consumo e as técnicas industriais empregadas, rompendo com o padrão de desenvolvimento adotado. A crise desse modelo de desenvolvimento é evidenciada em acontecimentos recentes da história, especialmente após a II Guerra Mundial, como catástrofes ambientais, alterações climáticas, aquecimento global, elevação do nível do mar, desaparecimento de espécies, entre outras.

A preocupação com a preservação do meio ambiente e a construção de um modo de vida sustentável ganha importância, no final dos anos 60 e início dos anos 70, quando surge a discussão sobre os problemas globais do planeta. Na época percebeu-se que os recursos naturais são finitos e encontram-se em vias de saturação. Em meio a esse complexo desafio, optou-se pela abordagem da responsabilidade socioambiental do setor produtivo, o qual transforma os cenários econômicos e sociais. Num primeiro momento, a atividade industrial foi responsável pelo crescimento da econômica e, num segundo, representou o agravamento dos problemas sociais. O desolador cenário prescinde do enfrentamento, de forma a contemplar o desenvolvimento econômico, social, humano e sustentável.

A busca pela eficácia econômica só terá valia, entretanto, se preservar a natureza e produzir a equidade social, pois os impactos ambientais não possuem uma única origem, sendo produto de várias causas. Assim, é preciso que sejam verificadas ações e responsabilidades ambientais adotadas

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento (PPGAD), Linha de Pesquisa Espaço, Ambiente e Sociedade, do Centro Universitário UNIVATES.

2 Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, Professor do DCI-FABICO da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Prof. Colaborador do PPGAD do Centro Universitário UNIVATES.

pelas organizações frente aos problemas ambientais. Minimizar os impactos industriais sobre o meio ambiente, sob a dimensão social, e captar novos consumidores, preocupados com o ambiente, no tangente à sustentabilidade, são propósitos do sistema de gestão empresarial ambiental.

Assim, mostra-se como a sustentabilidade pode ser viabilizada nas atividades empresariais. Contudo, as práticas de responsabilidade socioambiental implicam na transparência das relações entre a empresa e o mercado, estabelecendo ações concretas para atingir a sustentabilidade, cabendo às empresas se posicionarem frente a essas demandas da sociedade. Outrossim, são necessárias atitudes conscientes, coletivas e solidárias que imponham a proteção do meio ambiente como parte integrante do desenvolvimento.

A investigação do presente estudo, realizado em 2009, analisou as práticas ambientais na Florestal Alimentos S.A., empresa que apresenta uma postura diferenciada frente às questões ambientais, servindo como base para compreender a visão empresarial no cenário das transformações socioambientais.

2 SUSTENTABILIDADE, RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E GESTÃO EMPRESARIAL

Os fundamentos teóricos que ancoram este estudo estão focados no conceito de sustentabilidade, responsabilidade socioambiental e gestão ambiental, destacando a função da legislação ambiental enquanto instrumento empresarial para minimizar os impactos das atividades humanas sobre o ambiente.

Por longo período, os movimentos da responsabilidade socioambiental nos contextos empresarial/econômico e social, bem como as transformações ocorridas no capitalismo mundial, foram responsáveis pela assunção de importante função no desenvolvimento pelo setor privado. As iniciativas globais reconheceram a importância da discussão dos problemas ambientais e auxiliaram na elaboração de diretrizes que visam à melhor relação entre crescimento econômico e social. Nesse sentido, partindo-se do pressuposto de que sustentabilidade é o equilíbrio das dimensões social, econômica, ecológica e cultural, apresentam-se as diferentes abordagens para o termo “sustentabilidade”, procurando mostrar as diferenças e semelhanças quanto ao desenvolvimento sustentável, à visão sociológica e à abordagem integradora que a percebe como modo de vida sustentável.

A sustentabilidade econômica tem como propósito o desenvolvimento socioeconômico e a preservação do meio ambiente. Na visão de Veiga (2007, p. 49-50), “O crescimento econômico é um meio e não um fim. E tem capacidade muito variável de fazer com que as sociedades atinjam os objetivos almejados.” Ou seja, é necessário que o crescimento econômico respeite os limites da natureza, oportunizando às gerações futuras a chance de conhecer o progresso.

Essa concepção de desenvolvimento sustentável não rompe com os padrões de produção e consumo do sistema capitalista, mas procura remodelá-los por meio de diretrizes e estratégias administrativas de controle. Assim, aliar desenvolvimento econômico com sustentabilidade passou a ser um desafio necessário diante dos problemas ambientais contemporâneos e uma meta para as empresas.

A perspectiva sociológica de sustentabilidade surge como contraponto ao modelo antropocentrista, por conta dos desastres ambientais decorrentes da depredação dos recursos naturais. Em decorrência disso, três são as principais questões de interesse para a Sociologia Ambiental: a) práticas e mudanças sociais; b) conhecimentos e interpretações sobre o meio ambiente; e c) política ecológica (LENZI, 2006).

Nesta abordagem, as interpretações sobre o meio ambiente se justificam pelo reconhecimento público dos problemas ambientais, o qual é medido por algum tipo de conhecimento. Por isso, “[...] um dos objetivos da Sociologia ambiental passa a ser a avaliação das diversas maneiras que o ambiente pode ser definido [...] e [...] os modos diversos pelos quais o ambiente é percebido e avaliado por grupos sociais” (LENZI, 2006, p. 41).

Desse modo, a Sociologia ambiental busca respostas para os atuais problemas socioambientais, envolvendo as variáveis sociais, econômicas, políticas, tecnológicas, demográficas e culturais. Para essa corrente, a sustentabilidade só é possível se houver uma reformulação e equidade de compromissos das empresas na construção de ações sustentáveis, por meio da responsabilidade social, possibilitando a criação de um modelo de desenvolvimento baseado na justiça social. A reflexão e o debate podem conscientizar sobre a responsabilidade de cada um e das instituições em relação ao meio ambiente.

A abordagem integradora parte da ideia de que o ambiente é fonte esgotável de recursos para o progresso continuado, tendo como base o capitalismo. Ela utiliza o conceito de modo de vida sustentável, pois questiona a visão economicista, na qual os interesses financeiros muitas vezes sobrepõem-se aos direitos coletivos, sendo, portanto, necessária uma mudança de paradigma, o que irá requerer nova articulação entre desenvolvimento econômico e social.

Esta visão de mundo integradora, também denominada de “ecologia profunda”, compreendida no sentido mais amplo e profundo de “[...] conexões e também transformações culturais, sociais, espirituais e religiosas” (BOFF, 2004, p. 24), constata que o crescimento econômico necessita considerar a ecologia e a justiça social. Esse arranjo social gera novo modo de vida, que tem como característica fundamental a sustentabilidade do homem, da sociedade e do planeta, satisfazendo as necessidades da presente e das futuras gerações.

Essa perspectiva procura romper com o modo de produção capitalista, responsável pelo desencadeamento de uma série de fatores nocivos à vida humana, aos animais e ao planeta. Essa mudança radical seria paradigmática, envolvendo todas as dimensões da vida e as relações sociais e a própria subjetividade humana, ou seja, apresenta uma visão de mundo holística e interdependente.

Nessa breve caracterização das diferentes abordagens de analisar a sustentabilidade, percebe-se como tais concepções apontam diversas tentativas, visando a conciliar desenvolvimento econômico e preservação ambiental. A responsabilidade socioambiental se constitui em uma prática que possibilita aliar o desenvolvimento e a sustentabilidade ambiental no cenário industrial. Esta concepção direcionada às empresas, a seguir descrita, parte do entendimento de que os atores estão inseridos num ambiente complexo, no qual suas atividades influenciam e produzem impactos sociais.

A incorporação da responsabilidade social nas organizações concilia a percepção de que elas são responsáveis pelas consequências sociais de suas ações, tendendo a aumentar a lucratividade e sua sobrevivência no mercado. Logo, a empresa não pode apenas obter lucro, mas também cumprir as obrigações inerentes ao seu convívio com a sociedade, tais como a preservação ambiental, a criação e manutenção de empregos, a contribuição para a formação profissional e a qualidade dos bens e serviços, que são significativas para a sua existência.

Há de se ter em mente que a Constituição Federal Brasileira³ estabeleceu que: “[...] todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

3 Artigo 225 da Constituição Federal Brasileira.

Assim, a ninguém é permitida a prática de atos que venham a trazer prejuízo ao meio ambiente.

A responsabilidade socioambiental aparece nesse cenário com o objetivo de limitar, controlar, fiscalizar e minimizar ações ambientalmente inapropriadas. Todavia, a magnitude da questão exige novos padrões de conduta dos seres humanos, inter-relacionado-se com o ambiente, mediante a presença de regras jurídicas por deveras rígidas e com sanções rapidamente aplicáveis.

O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado precisa ser atingido socialmente; e esta conquista só é possível com a orientação do comportamento dos diversos atores sociais engajados neste propósito. No plano da ordem econômica, esta responsabilidade obriga a respeitar o ambiente natural, seja pelos agentes privados nas suas atividades organizacionais, seja pelo Poder Público na orientação de sua política econômica.

Assim, como prática de retribuição à utilização dos recursos enquanto fonte de geração de lucro, as empresas devem contribuir para a solução de problemas socioambientais. Logo, a gestão ambiental empresarial possibilita minimizar os impactos e promove a revisão das formas de produção. Nesse sentido, a gestão ambiental tornou-se instrumento significativo na concretização de ações relativas à sustentabilidade econômica e socioambiental.

A incorporação das práticas de gestão ambiental envolve atividades de planejamento e de organização desta variável, com a finalidade de atingir metas ecológicas específicas. Por isso, tais ações de responsabilidade socioambiental contribuem para gerar renda, que é finalidade das empresas, mas reduzem os impactos ambientais provocados por suas atividades, ampliando os benefícios para atingir a sustentabilidade.

A gestão empresarial enquanto ação socioambiental sustentável é uma prática exigida das organizações, requerendo nova atitude dos seus atores, que necessitam adequarem-se a uma série de instrumentos, como o comando e o controle impostos pela esfera pública.

Seiffert (2009) descreve três instrumentos de gestão ambiental: a) Comando e controle: decorre da criação e implantação de políticas públicas, por meio de atos legais emanados do Poder Legislativo, nas esferas federal, estadual e municipal. São tidos como instrumentos de gestão ambiental de primeira geração e, em nível nacional, foram implantados pela Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n. 6.938/81); b) Econômicos: o controle exercido no âmbito econômico visa a transferir os custos dos danos originários das empresas causadoras de danos ambientais. “Portanto, para se corrigir as perdas sofridas no bem-estar da população, [...], o que se procura é a transferência dos custos para seus causadores, pela adoção de instrumentos econômicos a serem incorporados às políticas ambientais.” (SEIFFERT, 2009, p. 236); e c) Autocontrole: destinado à esfera privada, visa suplantiar as deficiências do sistema de comando e controle instituído pelo Poder Público. Este está descrito na norma da série ABNT NBR 14000:1997 com o propósito de “[...] deixar para o mercado a responsabilidade de mediar as relações entre os atores envolvidos no processo de gestão ambiental.” Os requisitos legais, apesar de não apresentarem o mesmo nível de exigência, “[...] passam a funcionar como um mecanismo de ‘comando e controle’ indiretamente, de modo que a organização, ao implantar e certificar um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), será obrigada a cumpri-lo” (SEIFFERT, 2009, p. 64).

Nessa perspectiva, a gestão ambiental é um instrumento de autocontrole, por meio do qual as empresas implantam sistema de gestão ambiental. Este sistema precisa ser eficiente, articulado e ter uma linguagem própria direcionada ao segmento industrial, com a finalidade de adaptar-se aos requisitos legais aplicáveis (mecanismos de comando e controle) e ao mercado.

Existem diversos modelos de sistemas de gestão ambiental adotados nas empresas. Entretanto, considerando o estudo de caso realizado nesta pesquisa, aborda-se, a seguir, aquele

que observa os requisitos estabelecidos pela NBR ABNT 14000:1997, também denominada de ISO 14000⁴. A ISO é o modelo de gerenciamento que se perfectibiliza por meio de uma autodeclaração ou certificação. A série 14000 traça as diretrizes e os princípios sobre a gestão ambiental, ditando normas de gerenciamento, de auditoria, de análise de ciclo de vida de produtos, além de conceitos de melhoria de vida, de estudo de impacto ambiental, dentre outros.

Dentre as normas aprovadas que compõem a ISO 14000, há a 14001, que estabelece os requisitos que serão verificados a fim de que a empresa receba o certificado. Esses requisitos observados na certificação são a política ambiental, o planejamento, a implementação, a avaliação e a melhoria contínua dos processos. Ao buscar a certificação, a organização passa por transformações significativas, uma vez que tal adaptação aos seus critérios envolve custos e mudanças na forma de atuação da equipe de trabalho, disseminando-se condutas de responsabilidade socioambiental nos seus diversos setores.

Por isso, a implantação de um sistema de gestão ambiental, enquanto ação sustentável nas empresas que requerer os instrumentos de Comando e Controle, Econômico e Autocontrole, possibilitando medidas à sustentabilidade em organizações, é muito mais que uma questão de sobrevivência da própria empresa, sendo, ainda, uma atitude de responsabilidade socioambiental inerente à atividade empresarial. Como agente propulsor para a mudança de atitudes, a empresa deve direcionar suas ações para a sustentabilidade.

Com esses fundamentos teóricos, analisou-se o material empírico coletado na empresa Florestal Alimentos S.A., empresa de grande porte⁵, localizada na cidade de Lajeado, no Vale do Taquari⁶ (RS), momento que se verificou o seu Sistema de Gestão Integrado. Esse sistema subdivide-se em Gestão da Qualidade e Gestão Ambiental.

3 AS PRÁTICAS AMBIENTAIS DA FLORESTAL ALIMENTOS S.A.

A pesquisa realizada na Florestal Alimentos S.A., a partir da coleta de dados, teve por objetivo verificar as ações de gestão da empresa com vista à sustentabilidade e ao aprimoramento da responsabilidade socioambiental.

4 A ISO 14000 é uma série de normas internacionais de gestão ambiental de empresas desenvolvidas pela *International Organization for Standardization (ISO)* – em inglês – ou Organização Internacional para Padronização – em português. No Brasil, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é o órgão responsável pela sua elaboração. Mais informações em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_Internacional_para_Padroniza%C3%A7%C3%A3o>.

5 Embora não exista fundamentação legal sobre critérios de classificação do porte das empresas por quantidade de empregados, no Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) caracteriza as empresas de grande porte por esse critério, ou seja, se for indústria, é considerada como de grande porte aquela que tiver mais de 500 empregados. Mais informações em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Empresa_de_grande_porte>.

6 O Vale do Taquari é formado por 36 municípios: Anta Gorda, Arroio do Meio, Arvorezinha, Bom Retiro do Sul, Canudos do Vale, Capitão, Colinas, Coqueiro Baixo, Cruzeiro do Sul, Dois Lajeados, Doutor Ricardo, Encantado, Estrela, Fazenda Vilanova, Forquetinha, Ilópolis, Imigrante, Lajeado, Marques de Souza, Muçum, Nova Bréscia, Paverama, Poço das Antas, Pouso Novo, Progresso, Putinga, Relvado, Roca Sales, Santa Clara do Sul, Sério, Tabaí, Taquari, Teutônia, Travesseiro, Vespasiano Corrêa e Westfália. De acordo com dados da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE), o Vale do Taquari totaliza área de 4.867,0 Km² (2006) e registra população de 316.325 habitantes (2007), a grande maioria de origem alemã, italiana ou açoriana. Mais informações em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pgcoredes_detalhe.php?corede=Vale+do+Taquari>. Acesso em: 11 fev. 2009.

A Florestal Alimentos S.A., preocupada em adotar práticas ambientalmente responsáveis, criou o seu próprio Sistema de Gestão Ambiental baseado na NBR ISO 14001:2004⁷, o qual caracteriza e avalia os impactos ambientais, classificando e tratando os resíduos gerados.

Segundo ela, por meio dos canais de comunicação interna, e-mails, quadros murais, reuniões periódicas de análise de indicadores e resultados financeiros e sociais e publicação do balanço social, foi possível melhor visualização das questões ambientais na empresa. A partir daí criou-se o sistema de gestão com a finalidade de controlar as atividades da empresa e envolver as pessoas com maior responsabilidade nos processos de trabalho, independente de seus cargos e setores.

Na empresa estudada, o Sistema de Gestão Integrado é formado pela Gestão da Qualidade e Gestão Ambiental. A Gestão Ambiental possui três linhas, quais sejam: o Planejamento Estratégico; a Licença de Operação e a NBR ABNT 14001:2004; e o Projeto e a Ação Social.

O Planejamento Estratégico possui quatro perspectivas: Financeira; Clientes (externos); Processos internos; Pessoas (funcionários) e Ativos intangíveis. A perspectiva Processos internos, foco deste trabalho, objetiva promover a melhoria contínua, definindo estratégias de aprimoramento da responsabilidade socioambiental.

De acordo com a perspectiva de Processos internos, são estabelecidos três indicadores ambientais alinhados à estratégia "Aprimorar a Responsabilidade Socioambiental". São eles: kg produzidos por m³ de água; resíduo reciclável kg/toneladas produzidas; e resíduo não reciclável m³/1.000 toneladas produzidas. Ou seja, no seu planejamento estratégico anual, são definidas metas de redução do consumo de água e de geração de resíduos recicláveis e não-recicláveis.

O controle desses indicadores é feito, respectivamente, pelos seguintes projetos: Monitoramento da armazenagem e movimentação dos resíduos; Avaliação dos requisitos legais quanto à adequação; e Divulgação e promoção da gestão ambiental da empresa.

A Florestal Alimentos S.A. possui Licença de Operação, emitida pelo órgão ambiental estadual, ou seja, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), que permite operação da atividade empresarial para a fabricação de balas, pirulitos e gomas de mascar, com validade até 26 de outubro de 2011. Nela estão descritas as condições e restrições para a operação do empreendimento, compreendendo a capacidade produtiva, os parâmetros a serem observados quanto à preservação e conservação ambiental, aos efluentes líquidos, às emissões atmosféricas e à geração de resíduos sólidos.

A NBR ABNT 14001:2004 estabelece os requisitos a serem cumpridos pela empresa para assegurar o adequado gerenciamento de resíduos de modo que as atividades realizadas estejam em conformidade com a sua Política Ambiental. É o modelo de gerenciamento que se perfectibiliza por meio de uma autodeclaração ou certificação. A Florestal Alimentos S.A., ao desenvolver o seu próprio sistema de gerenciamento, definiu como alicerce a análise e avaliação dos requisitos legais pertinentes e a realização de auditorias internas.

A análise dos requisitos legais é exigida pela NBR ANBT 14001:2004. A empresa segue os requisitos legais da norma, necessitando fazer a avaliação de cada resíduo gerado, bem como a destinação de cada um deles, assegurando que as atividades realizadas estão de acordo com a Política Ambiental. A avaliação dos requisitos legais é realizada pelo coordenador do setor a que a norma é aplicável, sendo ele responsável pela correta adequação. Para verificar o atendimento aos

7 NBR ISO 14001:2004 é um Sistema de Gestão Ambiental reconhecido internacionalmente que estabelece uma política ambiental. As exigências definidas na NBR ISO 14001:2004 encontram-se no Anexo 1, A.1 da ISO, cujo acesso deve ser adquirido.

requisitos legais, o grupo gestor, formado por 27 colaboradores capacitados, realiza, duas vezes ao ano, auditorias internas para verificar a adequação da empresa aos requisitos da norma.

Por último, na sede de Projeto e Ação Social, a empresa criou ações de responsabilidade social com o público interno e externo, demonstrando uma postura proativa na área socioambiental. As práticas de responsabilidade ambiental direcionadas à comunidade local se traduzem como um “[...] processo social e gerencial através do qual indivíduos e grupos obtêm aquilo que desejam e de que necessitam, criando e trocando produtos e valores uns com os outros” (KOTLER; ARMSTROG, 1998, p. 3). Essa metodologia tem potencial capacidade para evoluir as questões incipientes, como a ambiental, de modo a contentar os consumidores, cada vez mais exigentes.

Para Cobra (1997, p. 15), “O mundo vive uma era de grandes transformações. O consumidor deixa de ser consumidor de uma única região para se transformar num consumidor mundial.” As empresas, responsáveis pela produção de bens de consumo, diante deste novo cenário, buscam ter atitudes de responsabilidade socioambiental.

Na Florestal Alimentos S.A., por meio das ações desenvolvidas na Gestão Ambiental, observa-se que há entendimento dos colaboradores sobre a importância do equilíbrio entre produção e consumo, demonstrando que o que é tratado de forma adequada degrada menos o meio ambiente.

Além das posturas citadas, a empresa também comunica-se com o mercado consumidor, demonstrado por meio do Sistema de Atendimento ao Consumidor (SAC), que é uma linha telefônica direta para ouvir sugestões e críticas dos clientes. Nas embalagens dos produtos, também é possível verificar por meio de símbolos que remetem à reciclagem do plástico polipropileno⁸, informações sobre o destino adequado do resíduo e à certificação NBR ISO 9001:2000 e 14001:2004 que garantem a qualidade do produto comercializado e a destinação adequada dos resíduos pela Florestal Alimentos S.A.

Por meio das práticas ambientais, é possível evidenciar iniciativas da Florestal Alimentos S.A. quanto à sustentabilidade. A implantação do Sistema de Gestão Integrado evidencia mudanças nas formas de pensar e agir dos colaboradores, logo, reflete no mercado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação com o modo de utilização dos recursos naturais se transformou na principal preocupação das redes sociais. Portanto, ao contemplar a sociedade nos seus processos produtivos, a empresa adota práticas de modo de vida sustentável. Este novo paradigma tem visão de mundo integrador, produz mudanças na humanidade, nas formas de pensamento e nos valores, objetivando um equilíbrio entre as pessoas e a natureza, provocando transformações do atual modelo de desenvolvimento econômico, fazendo emergir uma nova ética, a do cuidado por tudo o que vive.

Assim, as empresas, ao adotarem ações de aprimoramento da responsabilidade socioambiental, baseadas em práticas de gestão ambiental, criam novos valores que envolvem a subjetividade. Enquanto agente propulsor para a mudança de atitudes, sistematiza procedimentos para diferenciar-se competitivamente.

A partir da coleta de dados, foi possível perceber que a gestão ambiental ocorreu de forma gradual; todavia, com a intensificação da implantação do Sistema de Gestão Ambiental, com

8 O polipropileno é um polímero ou plástico derivado do propileno. Dele provém uma resina termoplástica produzida a partir do gás propileno, subproduto da refinação do petróleo, utilizado para embalagens de produtos que necessitam de maior resistência química. Mais informações em: <<http://www.vick.com.br/vick/produtos/polipropileno/polipropileno.htm>>.

disseminação de ações socialmente responsáveis. Essa prática foi incorporada na cadeira produtiva da empresa pesquisada.

Nas narrativas dos entrevistados, verificou-se que a implantação do Sistema de Gestão Ambiental atende as preocupações e a responsabilidade socioambiental da empresa. Ao realizar ações de gestão em relação aos resíduos sólidos que produz, a empresa cumpre os requisitos legais pertinentes à atividade, ou seja, o seu papel social ao minimizar ao máximo os impactos causados pelo seu processo industrial.

Um plano de gestão das ações que permita identificar e aplicar os requisitos legais ambientais, buscando cada vez mais a minimização dos impactos ambientais, possibilitará melhor auxílio na elaboração, execução e monitoramento dos processos industriais. Por isso, é necessária uma visão jurídica que envolva as legislações de níveis federal, estadual e municipal para o efetivo funcionamento do Sistema de Gestão Ambiental da empresa. Entretanto, para que esse sistema seja completo, deve vir acompanhado também de um plano em que o treinamento dos funcionários da empresa, tenha por finalidade criar uma rede de relações interna e externa, disseminando informações que envolvem a prática ambiental sustentável.

O estudo possibilitou reflexões e novas indagações, pois questiona o destino de diversos bens de consumo e o atual estilo de vida do homem e seus impactos sobre o meio ambiente. As ações de responsabilidade socioambiental nas empresas requerem ações coletivas dos seus colaboradores, evidenciando que todos os atores sociais são responsáveis pela preservação dos recursos naturais.

Nesse sentido, as práticas ambientais que envolvem ações em comunidade são de fundamental importância, pois ampliam a visão sobre a necessidade de preservação e da sustentabilidade planetária. A construção de uma sociedade sustentável é viável, se for ultrapassada a visão jurídica e administrativa, as quais se constituem instrumentos para auxílio da sustentabilidade. Há necessidade do engajamento das empresas com as políticas públicas, a responsabilidade social e a justiça social, para trazerem benefícios para a sociedade, promovendo a realização profissional de seus colaboradores e proporcionando novas formas de relacionamento com os clientes.

O estudo na Florestal Alimentos S.A. permitiu percebermos a importância da gestão ambiental, pois o gerenciamento dos resíduos que gera demonstra comprometimento e a responsabilidade socioambiental. Assim, acredita-se que é possível melhor equacionar a relação entre sustentabilidade ambiental e crescimento e desenvolvimento econômico.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ABNT 14000:1997**. ISO 14000: gestão ambiental. 1997.

_____. **NBR ABNT 9001:1987**. ISO 9001: sistema de gestão. 1987.

BOFF, Leonardo. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

BRASIL. Lei nº 6.803, de 02 de julho de 1980.

COBRA, Marcos. **Marketing básico: uma perspectiva brasileira**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

FLORESTAL ALIMENTOS S.A. Disponível em: <<http://www.florestal.com.br>>. Acesso em: 05 fev. 2009.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de marketing**. 7. ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall, 1998.

LENZI, Cristiano. **Sociologia ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade**. Bauru: Edusc, 2006.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. São Paulo: Atlas, 2009.

VEIGA, José Eli da. **A emergência socioambiental**. São Paulo: Editora Senac, 2007.

